

Direcção-Geral da Saúde

Hospitais da Universidade de Coimbra

Deliberação n.º 981/2006

Por deliberação do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 7 de Junho de 2006, foi nomeado director de serviço de cirurgia I destes Hospitais o Prof. Doutor Fernando José Martins Serra de Oliveira, com efeitos a partir de 12 de Junho de 2006, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 396/93, de 24 de Novembro.

19 de Junho de 2006. — A Directora da Área de Recursos Humanos, *Maria Helena Silva André Reis Marques*.

Despacho n.º 14 717/2006

Por despacho do secretário-geral do Ministério da Saúde de 17 de Março de 2006, foi celebrado contrato administrativo de provimento ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, entre os Hospitais da Universidade de Coimbra e a estagiária da carreira técnica superior de saúde, ramo de física hospitalar, Dr.ª Maria Raquel Guedes Paiva, com efeitos a partir de 20 de Abril de 2006.

19 de Junho de 2006. — A Directora da Área de Recursos Humanos, *Maria Helena Silva André Reis Marques*.

Despacho n.º 14 718/2006

Por despacho do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 13 de Junho de 2006, foram nomeados na categoria de enfermeiro-chefe do quadro de pessoal destes Hospitais os seguintes funcionários:

Fernanda Maria Domingues Morais.
Hermínia da Conceição Madeira Rodrigues.
Maria Eulália de Melo Marques Ribeiro.
Fernando Manuel Henriques da Mata.

26 de Junho de 2006. — A Directora da Área de Recursos Humanos, *Maria Helena Silva André Reis Marques*.

Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede

Aviso n.º 7756/2006

Concurso interno geral de acesso para técnico superior principal de serviço social

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 14 de Fevereiro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para técnico superior principal de serviço social para preenchimento de um lugar na categoria de técnico superior principal de serviço social, da carreira técnica superior de serviço social, do quadro de pessoal do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede, aprovado pela Portaria n.º 424/97, de 30 de Junho.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento da vaga anunciada e cessa com o seu preenchimento.

3 — O local de trabalho — o local de trabalho é no Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, sito na Rua do Padre Américo, 3064-909 Cantanhede.

4 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários públicos, sendo o respectivo vencimento correspondente ao escalão e índice fixados no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 Dezembro.

5 — O conteúdo funcional — o descrito no mapa n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, para a respectiva categoria.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — São requisitos gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — São requisitos especiais — ser técnico superior de 1.ª classe de serviço social com pelo menos três anos na respectiva categoria classificados não inferior a *Bom*.

7 — Métodos de selecção — avaliação curricular.

7.1 — Na avaliação curricular serão considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores, nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) Habilitação académica de base;
- b) Formação profissional;
- c) Experiência profissional;
- d) Classificações de serviço.

7.2 — Os critérios de apreciação e ponderação do método de selecção, bem como o sistema de classificação final e a respectiva fórmula classificativa, constam de acta do júri do concurso que a facultará aos candidatos sempre que solicitada por escrito.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo e entregue no serviço de pessoal deste Hospital durante as horas normais de expediente (9 horas às 16 horas e 30 minutos), até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

8.2 — Do requerimento deverão constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, nacionalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal, morada, código postal e telefone, se o tiver);

b) Concurso a que se candidata, mediante referência ao número, à data e à página do *Diário da República* onde se encontra publicado aviso de abertura;

c) Indicação da categoria e carreira que o candidato detém e natureza do vínculo à função pública;

d) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar para apreciação do seu mérito;

e) Declaração, sob compromisso de honra, da situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais de admissão indicados no n.º 6.1 deste aviso.

8.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;

b) Três exemplares do *curriculum vitae*, em formato A 4, donde constem os elementos necessários à avaliação curricular, devidamente comprovados com certidões e declarações;

c) Declaração do serviço de origem, devidamente autenticada, da qual constem, de forma inequívoca, a natureza do vínculo, a antiguidade na carreira, na categoria e na função pública e, bem assim, a classificação de serviço aos últimos três anos;

d) Fotocópia do bilhete de identidade.

8.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas no *placard* do serviço de pessoal do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede.

10 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

11 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Mestre Maria de Lurdes Pereira Ramos, assessora (serviço social) do Centro Hospitalar de Coimbra.

Vogais efectivos:

Doutora Maria da Conceição de Sousa Matias, assessora (serviço social) do Centro Hospitalar de Coimbra.

Dr.ª Maria Manuela Portela Moreira, técnica superior principal (serviço social) do Centro Hospitalar de Coimbra.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Clara Firmo Pimenta, assessora (serviço social) do Centro Hospitalar de Coimbra.

Dr.ª Maria Paula Fernandes Rodrigues Namora, técnica superior principal (serviço social) do Centro Hospitalar de Coimbra.

12 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

14 de Junho de 2006. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, a Vogal Executiva, *Isabel Cristina Duarte Neves*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Algarve

Despacho n.º 14 719/2006

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que, em consequência da reestruturação da estrutura orgânica desta Direcção Regional de Educação, implementada pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2004, de 28 de Abril, foi criada a Direcção de Serviços Pedagógicos, com as competências previstas nos artigos 11.º e 12.º da Portaria n.º 611/2004, de 3 de Junho, cujo cargo de direcção intermédia de 1.º grau se encontra vago;

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação de titular para o cargo de director de serviços Pedagógicos, a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica, atenta a sua importância;

Considerando que a licenciada Maria Laureta de Brito Pires Basto preenche os requisitos legais e é detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de director de serviços Pedagógicos, conforme síntese curricular em anexo:

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Maria Laureta de Brito Pires Basto, em regime de substituição, para o cargo de director de serviços Pedagógicos, com efeitos a partir desta data.

13 de Junho de 2006. — O Director Regional, *João Manuel Viegas Libório Correia*.

ANEXO

1 — Identificação:

Nome: Maria Laureta de Brito Pires Basto;
Naturalidade: Tavira;
Data de nascimento: 26 de Dezembro de 1954.

2 — Formação académica e profissional:

Licenciatura em História, pela Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1979, com a classificação final de 13 valores;

Profissionalização em exercício, concluída em 31 de Agosto de 1990 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 1991), com a classificação final de 16 valores, na Escola Secundária de Tavira.

3 — Actividade profissional e cargos desempenhados:

Início de funções em 24 de Novembro de 1979;

De 24 de Novembro de 1979 a 31 de Agosto de 1992 exerceu funções docentes no ensino secundário, tendo desempenhado os cargos de directora de turma, subdelegada de grupo, delegada de grupo, coordenadora de directores de turma;

Nos anos lectivos de 1985-1986 a 1988-1989 foi eleita para o conselho directivo da Escola Secundária de Olhão;

De 1 de Setembro de 1991 a 31 de Agosto de 1993 foi requisitada na Direcção Regional de Educação do Algarve, a desempenhar funções técnico-pedagógicas na Direcção de Serviços de Recursos Humanos;

De 5 de Julho de 1993 a 31 de Abril de 1996 foi eleita para o conselho directivo da Escola C+S Dr. João Lúcio;

De 2 de Maio de 1996 até 4 de Junho de 2002 exerceu o cargo de coordenadora-adjunta do Centro de Área Educativa do Algarve, designada através do despacho n.º 75-C/ME/96, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 17 de Maio de 1996;

De 5 de Junho de 2002 até à presente data tem vindo a exercer o cargo de directora de serviços de Assuntos Técnico-Pedagógicos, Acção Social e Desporto Escolar da Direcção Regional de Educação do Algarve, em regime de substituição, por nomeação do Secretário de Estado da Administração Educativa, através do despacho n.º 17 607/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 8 de Agosto de 2002.

Despacho n.º 14 720/2006

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que, em consequência da reestruturação da estrutura orgânica desta Direcção Regional de Educação, implementada pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2004, de 28 de Abril, foi criada a Direcção de Serviços Pedagógicos, na qual pelo n.º 1 do despacho n.º 1962/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 19, de 27 de Janeiro de 2005, foi criada a Divisão de Apoio Técnico-Pedagógico, à qual são atribuídas as seguintes competências:

a) Assegurar a implementação de novas orientações pedagógicas e didácticas de política educativa e de formação, incluindo programas de formação vocacional, pessoal e social, do ensino artístico, da ocupação dos tempos livres e das bibliotecas escolares;

b) Apoiar as escolas na apresentação de projectos e intercâmbios, nacionais e internacionais, de molde a proporcionar trocas de experiências e enriquecimento pedagógico;

Considerando que o cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico-Pedagógico se encontra por preencher;

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação de titular para o cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico-Pedagógico, a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica, atenta a sua importância;

Considerando que a licenciada Ana Maria Filomena Querido Mendes Pereira, preenche os requisitos legais e é detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico-Pedagógico, conforme síntese curricular em anexo:

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Ana Maria Filomena Querido Mendes Pereira, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico-Pedagógico, com efeitos a partir desta data.

13 de Junho de 2006. — O Director Regional, *João Manuel Viegas Libório Correia*.

Curriculum vitae

1 — Identificação:

Nome: Ana Maria Filomena Querido Mendes Pereira;
Naturalidade: angolana;
Nacionalidade: portuguesa;
Data de nascimento: 9 de Novembro de 1958;
Bilhete de identidade n.º 7940235, de 11 de Novembro de 1996;
Arquivo de identificação: Lisboa;
Estado civil: casada;
Residência: Urbanização das Romeirinhas, 83, 8100-659 Loulé;
Telefone: 289414159, telemóvel: 966435839, fax: 289412957;
Categoria profissional: professora do quadro de nomeação definitiva, 11.º grupo B, na Escola Secundária de Loulé, 7.º escalão.

2 — Formação académica e profissional:

Licenciatura em Ensino de Biologia e Geologia, pela Universidade de Aveiro, concluída no ano lectivo de 1986-1987, com a classificação final de 13 valores;

Estágio Integrado, concluído em 1986-1987, com a classificação final de 15 valores, na Escola Secundária Adolfo Portela, em Agueda, distrito de Aveiro.

3 — Actividades profissionais e cargos desempenhados:

Exercício de funções docentes no ensino secundário, de 5 de Novembro de 1984 a 30 de Setembro de 1985 e exercício de funções docentes no 3.º ciclo e ensino secundário de 1 de Outubro de 1986 a 31 de Agosto de 1994;

Conselho de turma — directora de turma;

Conselho de directores de turma — coordenadora de directores de turma;

Orientação pedagógica na área de direcção de turma, aos formandos da ESE (distribuídos por vários grupos disciplinares);

Vice-presidente do conselho directivo — responsável pela área pedagógica;

Presidente do conselho directivo;

Presidente do conselho pedagógico;

Presidente do conselho administrativo;

Presidente do Centro de Formação da Associação de Escolas do Concelho de Loulé;

A partir de 1 de Setembro de 1994, exercício funções técnico-pedagógicas na Direcção Regional de Educação do Algarve, DTP, com os seguintes conteúdos funcionais:

Ensino básico (2.º e 3.º ciclos) — toda a área pedagógica;

Ensino secundário — toda a área pedagógica;

Área — escola;

Actividades de complemento curricular;

Projecto educativo;

Quadros de valor e excelência;

Acompanhamento do Projecto Qualidade XXI (IIE);

Curriculos alternativos — acompanhamento técnico-pedagógico/assistência técnica (a órgãos de gestão, professores, alunos, pais/EE, pessoal não docente);

Cursos de educação e formação profissional inicial (9.º + 1);

10.º ano profissionalizante;

Cursos de especialização tecnológica (CET);

Chefe de divisão Técnico-Pedagógica da DREALGarve desde 9 de Agosto de 2002.

4 — Cursos/acções de formação frequentados (entre outros):

Frequência do curso de estudos superiores especializados de administração e gestão escolar (durante dois anos, faltando a entrega do trabalho síntese de uma disciplina e o trabalho final);